

**SEGURANÇA NACIONAL, DESENVOLVIMENTO E GEOPOLÍTICA: A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR NO BRASIL (1964-
1969)**

Luiz Alves Brigido Maia
Doutorando em Geografia Humana
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo
(FFLCH/USP)
luizbrigido@usp.br

IÓRIO, Gustavo Soares. Segurança Nacional, Desenvolvimento e Geopolítica: A institucionalização do Ministério do Interior no Brasil (1964-1969). Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

Gustavo Iório é professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), no campus Ouro Preto, licenciado (2007) e bacharelado (2008) em geografia pela Universidade Federal de Viçosa. No decorrer de sua formação acadêmica vem estudando o Ministério do Interior, tanto na sua dissertação de mestrado apresentada na UFRJ em 2010, intitulada “A revista Interior (1974-1989): síntese da vida nacional”, como na sua graduação apresentou o trabalho “Ideologias Geográficas no Brasil sob o regime militar: O Ministério do Interior (1967-1980)”. A tese de doutorado aqui resenhada foi orientada pela Profa. Dra. Ana Maria de Lima Daou, geógrafa de formação e doutora em antropologia Social pela UFRJ (1998), atualmente é chefe do departamento de geografia da mesma universidade e orienta trabalhos na área de geografia humana e antropologia social.

A tese de doutorado sobre o Ministério do Interior (MINTER) defendida na UFRJ em 2015 investiga o processo de institucionalização deste Ministério no período de 1964 a 1969. Tal institucionalização se dá enquanto uma prática de governamentalização do território buscando sua modernização por meio de dois campos de poder: o desenvolvimento e a segurança nacional. Cabe ao MINTER à tarefa de enquadrar, a partir dos princípios da ordem e coerência, a administração e gestão das questões territoriais no Brasil.

A compreensão sobre a criação do MINTER está situada no contexto da ordem política e econômica da década de 1960, que era a ordem mundial da guerra fria e a expansão do capitalismo monopolista na periferia do sistema capitalista. O período estudado vai da posse do Mal. Oswaldo Cordeiro de Farias à renúncia do Gal. Afonso Augusto de Albuquerque Lima, compreendendo o período de 1964 a 1969.

Building the way

O autor apresenta a criação do MINTER no contexto do Brasil pós Segunda Guerra Mundial, com a forte participação do Estado na economia (que já vinha desde a era Vargas) e a chegada dos investimentos estrangeiros, por meio das transnacionais e multinacionais. Apresenta o golpe de Estado praticado pelos militares como centralizador do poder e para resolver pela força as mazelas sociais e a estruturação econômica. Destaca que o regime militar tratou cuidadosamente do território, tal tratamento se deu a partir da associação do capital nacional e internacional com a intervenção estatal.

Em sua pesquisa sobre o motivo da criação do MINTER, Iório aponta dificuldades em levantar dados que justifique tal fato, assim utiliza os arquivos de Memória de Cordeiro de Farias para a tese de que a criação do Ministério pode estar ligada a uma “cortesia pessoal” do então Presidente Castello Branco, seu antigo companheiro da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Portanto, a justificativa para o governo Castello Branco criar um Ministério tão importante na pesquisa é pautada em documentos de memória. Neste levantamento deixa claro o círculo de amizade que nos faz compreender os personagens envolvidos e os interesses em torno da criação deste Ministério.

Na construção da biografia dos dois ministros, Iório aponta dificuldades na interpretação biográfica de Albuquerque Lima, pois este não publicou memórias escritas e também não tem um arquivo pessoal organizado em instituição arquivística acessível. No caso de Cordeiro de Farias, além de ter publicado suas memórias tem seus documentos pessoais depositados no Centro de Brasileiro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Na introdução da tese destaca-se o subcapítulo intitulado “O MINTER: a história da geografia e a geografia histórica”, onde Iório busca enquadrar sua investigação como numa apreciação da história da geografia no Brasil. Utiliza como uma das referências bibliográficas o filósofo Pierre Bourdieu, para quem “a história da geografia, em sua forma concreta, traz narrativas carregadas de intencionalidade e significados, inseridas em disputas e conflitos simbólicos e concretos”. Tal citação chama a atenção, pois justifica o uso das memórias de Cordeiro de Farias e obrigam o autor a contextualizá-las no tempo e no espaço.

Cita também Vincent Berdoulay usando como referência o texto “Abordagem Contextual”. Assim, na análise sobre a história da geografia devem ser considerados os aspectos de continuidade e descontinuidade de ideias; o resgate de “ideias vencidas”, as tendências de pensamento significativas à época; o contexto social; os intercâmbios; os debates de

Building the way

pensamento e, por fim, as razões que justificavam o uso destas ou daquelas ideias. Ao estudar a institucionalização deste Ministério, Iório cita Vincent Berdoulay, para quem “o estudo da institucionalização – como um processo – auxilia a trazer o foco da pesquisa para a conjunção dos fatores internos e externos”.

A tese é composta de uma introdução, quatro capítulos e as considerações finais. Destaca-se, na introdução, a apresentação do projeto de pesquisa, o objeto de estudo, suas fontes e o autor narra os passos e percalços para desenvolver este trabalho. Utilizando como base de dados Leis, Decreto-lei e os documentos do expediente ministerial denominados “Exposições de Motivos”. Estes documentos são importantes para entender os planos de ação de governamentalização, pois eram emitidos pelos ministros, sendo uma comunicação direta com o Presidente da República.

No primeiro capítulo “O ministério do interior no cerne da modernização brasileira”, o autor apresenta a modernização do Brasil e sua relação com a constituição do território, afirmando que esta é permeada pelos imperativos da progressiva inserção geopolítica do País no capitalismo mundial. Afirmar também que a modernização brasileira não ocorre pela mão de novos protagonistas sociais e políticos e sim pela mesma elite responsável pelo atraso anterior e que protagonizam as transformações atuais. É atribuída à geografia como recurso de legitimação científica do discurso da viabilidade do progresso (e por extensão, da modernização).

Assim, no segundo capítulo, “Tradições do conhecimento e formação Militar: os fundamentos da governamentalização do território”, Iório analisa o Exército Brasileiro como corporação militar no período compreendido entre o fim do século XIX até o regime militar (1964-1985). Afirmar que esta corporação é protagonista na história do Brasil. Ao final deste capítulo apresenta a biografia dos dois ministros: Cordeiro de Farias e Albuquerque Lima. Estes Ministros sofreram influência da escola ao qual foram formados: o Exército Brasileiro, pois ambos frequentaram os cursos na Escola Superior de Guerra (ESG) e na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Por esta formação, o Exército imprimiu uma marca na vida pessoal destes dois ministros. Aqui seria interessante o autor aprofundar a formação intelectual dos dois ministros buscando os cursos que frequentaram, os trabalhos desenvolvidos e mesmo os autores que estes leram para fundamentar seus trabalhos nestas escolas ou mesmo na prática profissional.

Building the way

No terceiro capítulo, “O interior atrasado e a função altamente civilizadora do desenvolvimento”, Iório apresenta o conceito de desenvolvimento e aponta que desde o começo de sua formação institucional, o MINTER assentou-se em um modelo de planificação desenvolvimentista que adotou a região como enquadramento de suas ações. Destaca-se a abordagem dada à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), apontada como base para a política de governamentalização pensada pelo MINTER. O autor apresenta o desenvolvimento como um campo de poder no Brasil e contextualiza o MINTER no campo do desenvolvimento. Assim, o MINTER como órgão desenvolvimentista e tendo um caráter eminentemente territorial, assumiu uma característica de ser a extensão do modelo da SUDENE, como exemplo, na tese os quadros e tabelas apresentados demonstram a grande quantidade e porcentagem de documentos intitulados “Exposições de motivos”, que tratam especificamente sobre a região Nordeste.

No quarto capítulo, “Desenvolvimento, segurança nacional e geopolítica do Ministério do Interior”, o autor contextualiza o desenvolvimento brasileiro pós Segunda Guerra Mundial e a geopolítica brasileira na perspectiva da Segurança Nacional. Analisa a atuação do MINTER sobre o território como cumprimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), uma vez que a política e a gestão territorial do MINTER optaram pela escala regional na atuação de suas políticas, logo as Superintendências criadas no período buscavam o desenvolvimento dos lugares atrasados, reduzindo assim a pressão social das classes menos favorecidas.

O autor afirma que o MINTER se fez para atender a necessidade do Estado em gerar e gerir o território, a partir de uma readequação administrativa. Assim, este Ministério ficou voltado para a administração e gestão da produção territorial. Os ministros Cordeiro de Farias e Albuquerque Lima foram importantes nesta tarefa de concretizar um dispositivo próprio de produção do território (o Ministério) aos anseios da segurança e desenvolvimento.

No capítulo, evidencia-se que o MINTER foi parte do projeto geopolítico do Gal. Golbery do Couto e Silva. Iório denomina este Ministério como sendo o “Ministério da Geopolítica, da Segurança e do Desenvolvimento”: da *Geopolítica*, pela execução de políticas do Estado no território; da *Segurança* porque garantia o controle interno da sociedade; e do *Desenvolvimento* por buscar a modernização e inserção do Brasil no sistema capitalista na década de 60 do século passado.